



## **DIVERSIDADE E ADVERSIDADE CULTURAL E SOCIAL DE MULHERES MIGRANTES: UM ESTUDO DO LITORAL SUL PAULISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Paula Simone Busko  
Universidade Católica de Santos-SP  
paulabusko@gmail.com

### **Introdução**

Nos anos de 1900-1960, a maioria da população do litoral sul paulista era composta por descendentes de índios, portugueses e negros. A história das cidades ali localizadas parte de um trabalho realizado pelas missões católicas e mais tarde pelos historiadores interessados em desvendar a corrida pelo ouro na região que havia iniciado no século XVII.

Faz-se necessário desvendar a diversidade cultural daquela região como também os conflitos que passaram a integrar o dia-a-dia daqueles sujeitos, sobretudo as mulheres, no campo da cultura e do trabalho. Portanto, o objetivo deste estudo não deixa de considerar às políticas públicas, quais eram os projetos por parte do governo em apoiar ou não estas migrações para o litoral de São Paulo, sobretudo, para fortalecer uma mão-de-obra propícia à industrialização que se fazia iniciar nesta faixa litorânea e que empregava muitas mulheres.

O litoral sul paulista está localizado ao sul do estado de São Paulo e está entre os municípios de Santos e Cananéia e na divisa com Paraná, dando margem à formação da bacia do Ribeira do Iguape em São Paulo, totalizando 330km de litoral. Vale lembrar que nestes anos não haviam estradas asfaltadas nem meios de transportes adequados, portanto, estes municípios e suas comunidades em torno viviam praticamente isolados dos meios urbanos mais próximos, neste caso Santos dentro do estado de São Paulo e de Curitiba no Paraná. Dentre as comunidades rurais, temos Apiaí, Barra do Chapéu, Morro Agudo, Registro, Capão Bonito, Iporanga e Eldorado.



A história do município de Apiaí<sup>1</sup>, por exemplo, está relacionada à história da mineração, quando os primeiros aventureiros chegaram em busca do ouro em meados do século XVII. Pelo Rio Ribeira, famoso rio desta região, de cor vermelha, os garimpeiros subiam suas corredeiras próximos ao chamado Morro do Ouro. Ali já havia uma igreja, um cemitério e construções de taipa de terra batida. Traziam escravos que mais tarde e desta mistura com índios e portugueses formaram grupos denominados caipiras, caiçaras e quilombolas.

A partir dos anos 1950, houve uma migração constante para esta região por parte de nordestinos, que acreditavam em uma melhora de vida e nas promessas por parte do Estado Novo que iria implantar indústrias de base. De fato, as indústrias surgiram a 400 km dali, entre os municípios de Santos e Cubatão<sup>2</sup>. Ideologias de um Estado que não olhou com seriedade estas migrações, muito menos durante as campanhas do chamado “ruralismo pedagógico”, onde a educação deveria chegar aos lugares mais distantes do país, mas que não saiu das teorias e das diretrizes formuladas pelo governo<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> "Apiahy" pode significar "rio menino", versão aceita pela municipalidade, após a 1ª e 2ª Grandes Guerras vieram para a região imigrantes alemães, italianos e espanhóis. Os japoneses vieram na década de 1940 e implantaram a cultura do tomate, que durante muitos anos foi a principal atividade econômica de Apiaí.

<sup>2</sup> Apenas no século XIX que a cidade de Santos começa a se desenvolver devido a expansão do comércio de café, no início do século XX surgem as primeiras, porém pequenas, indústrias têxteis e de alimentos (Teceragem Santista e Moinho Santista) que empregavam centenas de mulheres em suas unidades. Fonte: Gonçalves, Alcindo. *Desenvolvimento Econômico da Baixada Santista*. Santos: Leopoldianum, 2006, p. 138.

<sup>3</sup> Com a Reforma Capanema (1930-1945) pelo governo de Getúlio Vargas, todas as escolas deveriam implantar a língua portuguesa como a oficial, não permitindo outros idiomas e visando um patriotismo exacerbado. Irmã Liz Rolim (Colégio Stella Maris/Santos) que atuou nesta região nos anos 50 se pergunta ainda hoje se Apiaí e outros municípios em torno foram desconsiderados de uma ação do governo por causa de sua descendência portuguesa. A preocupação do Estado Novo estava em implantar mudanças entre os descendentes de alemães, poloneses e japoneses.



De qualquer modo, neste início do século XX aconteceu que um grupo de mulheres juntamente com suas famílias migrou do Nordeste para o Sudeste, deixando para trás suas comunidades de origem em busca de um sonho possível: trabalho e terra para viver. A importância deste trabalho faz referência às mulheres, nordestinas em sua maioria, migrantes que chegaram ao litoral sul paulista entre os anos de 1900 a 1950 e que procuraram manter suas raízes diante de uma cultura já pré-estabelecida.

Esta mistura que causou resistências e antagonismo tanto dos que já estavam ali estabelecidos quanto dos que chegaram e o que gerou novas experiências coletivas, onde principalmente as mulheres passaram a reconstruir seus modos de vida e seu papel social. Conheceram nova realidade. Para Albuquerque (2007):

Assim como ele balança pingente em suas paredes a construir, seus valores culturais oscilam entre o passado que deixou para trás, que está sendo reconstruído no prédio da memória, e o presente que o invade pelos olhos, ouvidos, boca, pele e nervos. Ele simula um novo território que é o cimento com que busca rejuntar os tijolos das experiências cotidianas do passado e do presente. “Erguendo paredes mágicas”, ele busca construir um novo lugar para ocupar no social, o que a Antropologia Cultural chama de construção de uma nova identidade cultural”.(ALBUQUERQUE, 2007, p.103)

Colocar as mulheres como ponto principal a ser estudado nos revela que nestas migrações se formou uma nova identidade cultural por parte delas, mesmo nas tentativas de resistência, procurando manter suas religiosidades na formação de novos grupos de quilombolas, por exemplo. Ainda assim, tal afastamento não pôde ser realizado em definitivo, pois o trabalho rural, a pesca, a entrada dos movimentos da igreja e a intervenção de novas economias fez com que as famílias se integrassem a outros grupos e procurassem no convívio social os meios para sobreviverem.

A Metodologia utilizada tem presente a documentação destas migrações (livros e fotografias) e relatórios de organizações da sociedade civil que retratam suas experiências, sobretudo de mulheres neste período.



## **Litoral Sul Paulista: aspectos culturais e econômicos**

Como descrito anteriormente a maioria das populações que ali habitavam eram descendentes de portugueses, índios e negros. Com a chegada dos nordestinos, a diversidade cultural começa a criar certos conflitos nos modos de viver daquelas comunidades: *linguagem*, *trabalho rural*, *religião* e a própria convivência entre os descendentes de uma ou outra cultura passam a ser vistos num misto de aceitação-negação entre si.

Para Samara (1997) já no século XIX, as mulheres da ainda província de São Paulo integravam os quadros de trabalhadoras: havia em torno de 26 mil costureiras, 9 mil operárias nas fábricas de tecidos, 260 parteiras, 6 mil criadoras e 85 mil lavradoras. Porém, não é difícil afirmar que os salários sempre eram os menores e o preconceito de senhoras da velha elite cafeeira dos homens ainda se fazia sentir. Os baixos salários e a submissão, o cuidado e a paciência que deveriam ter para manter seus empregos fez com que ocupassem cada vez mais posições descartadas pelos homens.

Dialogando acerca da representação feminina neste novo meio social e diante das diversidades e das adversidades encontradas nesta mudança e fazendo-se recriar memórias, estas mulheres passam a integrar este processo dialético, procurando se reconhecer uma na outra ou criando suas resistências diante de um meio ali já imposto.

Como propagadora de cultura, passa também a direcionar os modos de vida daquela região. Encontrando outras mulheres que ali já viviam e participando mais ativamente dos trabalhos domésticos e nas lavouras, mudaram pensamentos já pré-estabelecidos e procuraram se emancipar de certa forma. Irmã Liz Rolim ao integrar um dos movimentos de educação popular feminina, Assistência ao Litoral de Anchieta, conta uma passagem muito interessante em sua obra *Semeadoras da Esperança – “A.L.A uma nova forma de educar”* (1998):

A primeira vez que quisemos ensinar-lhes um canto, elas se negaram a cantar. Fecharam a cara e cruzaram os braços. O que seria? Até que uma delas respondeu com força e como a se defender de uma agressão: “Num cantamo memo, não! Lá na nossa terra, muié que



canta é puta e nós não qué cantá pur causa disso!” Mas fomos mostrando a elas que tudo na natureza canta: os pássaros, o vento, a água que corre da fonte e as pessoas também. Há muitas formas de cantar. Então elas concordaram e aprenderam muitos cantos: hinos pátrios, religiosos, folclóricos e danças também. Elas tinham muito ritmo! (ROLIM, 1998, p. 39)

Naquelas comunidades também havia um misto de religiosidades: o espiritismo, o curandeirismo e o catolicismo se entrosando, ora no apoio, ora nos conflitos que causavam dúvida na mente do sujeito migrante. Em se tratando de saúde, não havia hospitais, muito menos médicos, o curandeirismo se fazia presente e as missionárias não o criticavam, pois entendiam que qualquer ajuda a estas pessoas era de grande valia. Muitas destas missionárias realizaram partos com negras de cultos africanos e eram recebidas em suas casas.

Quanto às relações de trabalho, os órgãos estaduais paulistas não pareciam muito preocupados em promover humanamente aquelas pessoas. Talvez o homem do campo, forçado a buscar novos lugares para tentar sobreviver poderia buscar novos locais perto das indústrias. Muitas famílias viviam à margem da estrada de Cubatão. Indústrias que ali se formavam como a Refinaria Presidente Bernardes da Petrobrás, Cosipa, Carbocloro, Ultrafértil trariam o desenvolvimento econômico àquela região. Porém, em que condições viviam seus trabalhadores a beira da estrada? Irmã Liz Rolim ao visitar algumas indústrias e procurar saber em que condições estas famílias se abrigavam teve uma surpresa: muitas casas eram construídas com as sobras de caixotes utilizados para transportar máquinas. Estas casas eram construídas sobre um pântano, em palafitas.

Em relação a estas mulheres que vinham do Nordeste e do norte de Minas Gerais as condições eram piores, a exemplo do caso abaixo:

Uma mulher vendeu a filha a um distribuidor da Coca-Cola. Depois se arrependeu e foi buscá-la. A moça chegou grávida, a mãe queria matá-la. Desesperada a moça tentou suicídio. Foram me chamar. Fui e levei a mocinha ao médico. Este me disse: “Tire esta menina daqui, a mãe é louca, não pode ficar com ela, leve-a com a senhora.” Tomei-a comigo e a levei na escola onde ela já havia feito as provas da 4ª série. A



Diretora que a estimava ofereceu-se para ficar com ela e a ajudá-la a se restabelecer. A mãe foi procurar a filha na sede da A.L.A., acompanhada de um “advogado”, segundo ela. Este me ameaçou dizendo que se não déssemos o endereço da moça faria queixa na Delegacia que eu a havia sequestrado. “Muito bem, senhor, se é assim vamos já os três falar com o senhor Juiz dos Menores.” Depois de nos ouvir, um a um, ele disse que a garota ficaria sob a proteção da A.L.A. o que aconteceu até ela atingir a maioridade quando se casou com a pessoa que ela mesma escolheu. (ROLIM, 1998, p. 132)

Fica claro o pensamento de sobrevivência neste caso, aliada a falta de condições muitas mulheres se deixavam levar por atitudes impensadas que as faziam sofrer as consequências mais tarde.

### **Movimentos Sociais e Educação Popular Feminina**

As pesquisas feitas por Liz Rolim (1998), M. A. Franco Pereira (1992) e Eni de M. Samara (1997) dão subsídios para entender a história desse movimento migratório e suas conseqüências. Esta pesquisa visa evidenciar que determinados deslocamentos humanos são construções culturais e históricas que acabam por retratar os conflitos e as conquistas diante do novo e de como lidavam com as desigualdades existentes, neste caso, diante do trabalho tanto no meio rural quanto nas fábricas que surgiam, além de identificar como se dá a educação neste período, o letramento e as políticas sociais neste sentido.

Pode-se descrever a situação destas migrações do Nordeste para o litoral sul paulista e conhecer a história destas localidades em parte pelos trabalhos realizados pela Igreja católica. A pesquisa retrata que o deslocamento de famílias na busca por melhores condições de vida trazem consigo tanto as amarguras de uma vida de dificuldades quanto as esperanças de uma melhoria de vida.

Pereira (2010) retrata que o movimento da Assistência ao Litoral de Anchieta (A.L.A.) realizado por missionárias da Federação Mariana Feminina de Santos



encontrou nas comunidades do litoral sul uma situação de extrema pobreza, com muitos tipos de doenças, fome e descaso por parte de autoridades governamentais. Tais movimentos sociais como o da A.L.A. e mais tarde, na década de 50, o movimento das Irmãs Pastorinhas procuravam levar, além da instrução espiritual e moral, meios para que tais populações pudessem sobreviver com o conhecimento implantado no seio das próprias comunidades, como o plantio correto das sementes, o tratamento com a água, alimentos e animais domésticos, puericultura e o letramento, para que pudessem agir com mais segurança ao comprar e vender alimentos de suas terras.

O movimento da A.L.A procurou formar líderes femininas, chamadas alaístas, onde algumas moças eram escolhidas pelo pároco local, eram trazidas para o Colégio Stella Maris em Santos, passavam por um estágio com as missionárias por três meses e quando retornavam às comunidades de origem repassavam os conhecimentos adquiridos. Muitas famílias conseguiram sobreviver com dignidade e na sua forma “emancipatória”, dentro do próprio meio. Mulheres que até então viviam sob o jugo do marido e dos pais passaram a tomar parte das decisões dentro de seus lares, na instrução moral e cidadã de seus filhos e na condução dos trabalhos diários.

Naquela época tornar-se líder tinha uma importância fora do comum. E havia fila de espera de moças interessadas. Em relato, Rita de Oliveira Ponte, também ex-alaísta, conta:

O que a A.L.A. mais me marcou foi na parte educativa, civil (assim de atuação no meio em que se vive) de vida comunitária, de relacionamento com as pessoas e religiosa. Eu até me tornei meio líder político local!...(risos). Não indicava nenhum nome de vereador para eles votarem, mas ensinava a eles a escolherem pelo que a pessoa já havia feito em benefício da cidade ou dos outros. (ROLIM, 1998, p. 166)

Monsenhor Oscar dos Santos Jr, que no passado fora pároco da comunidade de Apiaí e ensinava religião (1952), atualmente com 94 anos, relembra que havia uma Campanha de Educação Rural criada pelo governo getulista, “visando levar as pessoas do meio rural uma educação de base”, mas que embora houvesse uma verba do governo



cedida à Igreja para realizar tal missão, muitas coisas fugiam à regra do Estado, que exigia uma “educação padrão”: “Íamos de burro, no meio do mato, educar estas moças, isto o governo não iria fazer.”

As Irmãs Pastorinhas realizam trabalho semelhante ao da A.L.A., já inseridas em algumas comunidades a partir da década de 60, atualmente estão localizadas no município de Eldorado-SP. Também constituindo uma educação intencionalmente multiplicadora, a preocupação com as comunidades mais afastadas dos meios urbanos como os quilombolas ainda existentes e as populações indígenas se faz presente, assim procurando repassar os conhecimentos adquiridos através de uma educação formal para jovens e crianças desta região. Seguindo a recomendação pela formação de líderes femininas, as missionárias procuram realizar palestras que fazem referência a saúde, meio ambiente e cidadania.

Várias das publicações encontradas no site das Irmãs estão voltadas para a edificação de novas comunidades e na formação de líderes que colaborem para o combate à pobreza, fazendo referência também às formas preconceituosas de um pensamento predominantemente racista, portanto anti-social e não cristão.

### **Considerações Finais**

A história oral destas mulheres, os relatos de pessoas das comunidades registrados através de atas de reunião realizadas nas paróquias locais, a experiência narrada através das cartas entre as educadoras e as educandas as fotografias e as entrevistas realizadas naquela época evidenciam que certos grupos sociais passaram por lutas, mas que também participaram de relações sociais determinadas por eles mesmos: “[...] a história real é construída por homens reais” (VIEIRA, PEIXOTO & KHOURY, 1989). Neste movimento socioeducacional em particular não consta nos relatos discriminação entre educadoras-educandas e as pessoas que participaram destas práticas educativas garantem que todos os envolvidos no projeto eram bem tratados: “Fazia-se necessário abrir-lhes as portas de comunicação com o mundo urbano e o “país da escrita” às que não sabiam ler, nem escrever.” (ROLIM, 1998, p. 175)



Reconstituir a memória coletiva destas mulheres através da história oral é entender como esta memória é em verdade um fenômeno construído coletivamente, embora submetido a flutuações e mudanças (POLLAK, 1992).

Para concluir será importante identificar questões que se fazem surgir no próprio campo da pesquisa, como as memórias de experiências vividas por estas mulheres que se integravam às lutas diárias pela sobrevivência. Os referenciais teóricos possibilitam à compreensão de conceitos que estão diretamente ligados as histórias de vida dos sujeitos envolvidos e da construção de uma nova identidade social.

O processo de construção e desconstrução de valores e o entendimento do que seria viver dignamente em meio às adversidades tanto culturais quanto econômicas traz à tona que determinados modos de vida deveriam passar por transformações aqui colocadas como positivas.

O fato de a Igreja permanecer durante anos em meio a estas populações pôde comprovar que a intenção era boa, que as mulheres das comunidades, mesmo aquelas ligadas a outro pensamento religioso, não resistiam muito às influências das missionárias, o que tornou a convivência possível. Afinal, quem iria se embrenhar em meio a serra e enfrentar longos dias de estrada de terra senão as missões religiosas?

Reconhecendo o avanço de estudos desta relação mulher-migrante-cultural-trabalho no Brasil, pode-se constatar que a diversidade cultural naquela região trouxe, de qualquer modo, uma evolução social e cultural daquelas mulheres, uma emancipação possível diante das adversidades existentes.

## **Bibliografia**

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história – Bauru, SP. Edusc. 2007.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. Assistência ao Litoral de Anchieta e a experiência de educação de líderes femininas (1939-1942). In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). **Educação Rural**. Brasília: Líber Livro, 2010, p. 185)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

10

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROLIM, Liz C. **Semeadoras da Esperança** – “A.L.A. – Uma Forma de Educar”. São Paulo: Loyola, 1998.

SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. **Gênero em Debate – trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

VIEIRA, Maria do Pilar de A., PEIXOTO, Maria do Rosário da C. & KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989.